

GUIA DE ORIENTAÇÃO PARA BOAS PRÁTICAS DE ACOLHIMENTO AO DISCENTE CADEIRANTE



**AUTORES:
KARLA RABELO DE OLIVEIRA PORTUGAL
ADILSON PEREIRA**



**MESTRADO
PROFISSIONAL
ENSINO EM CIÊNCIAS
DA SAÚDE E DO MEIO AMBIENTE**

Autores:
Karla Rabelo de Oliveira Portugal
Adilson Pereira

GUIA DE ORIENTAÇÃO PARA BOAS PRÁTICAS DE ACOLHIMENTO AO DISCENTE CADEIRANTE



Volta Redonda
2022

APRESENTAÇÃO

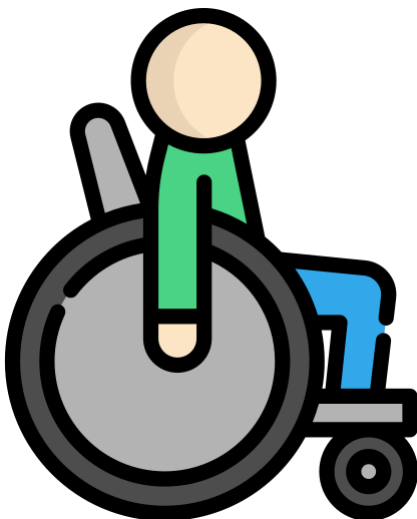
Olá, meu nome é Karla, tenho em minha família pessoa cadeirante e pude vivenciar os problemas que enfrenta há muitos anos. Quando iniciei meus estudos no mestrado em Ensino em Ciências da Saúde e do Meio Ambiente do Centro Universitário de Volta Redonda UniFOA, pude perceber que essa experiência familiar era motivadora para responder a uma inquietação: como se dá o acolhimento de alunos cadeirantes nas escolas?

Verifiquei a carência de referências bibliográficas que tratassem, de modo específico, sobre esse tema. Assim, nascia a motivação que conduziu minha pesquisa e elaboração do presente guia como produto de ensino que poderá ser usado como ferramenta para auxiliar educadores ao melhor exercício de acolhimento. Afinal, a escola deve ser acolhedora e inclusiva.



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	3
1. INTRODUÇÃO	5
1.1 CONHECENDO MELHOR SOBRE ACESSIBILIDADE.....	5
2. PÚBLICO ALVO	7
3. OBJETIVOS	7
4. ACESSIBILIDADE E O DISCENTE COM DEFICIÊNCIA	7
5. AVANÇOS NA LEGISLAÇÃO	9
6. PROPOSTA:CAPACITAR DOCENTES PARA O ACOLHIMENTO AO DISCENTE CADEIRANTE	11
7. METODOLOGIA PROPOSTA PELO GUIA	12
7.1 POSSIBILIDADES DE ATIVIDADES PARA CAPACITAÇÃO DOCENTE	12
7.1.1. Atividades relacionadas à arquitetura da escola	12
7.1.2. ATIVIDADES PEDAGÓGICAS DE NATUREZA INCLUSIVA: Utilizando as Aulas de Educação Física no Ensino Médio como Exemplo.....	13
7.1.3. Jogos cooperativos no ensino médio	15
7.1.4 Sugestões de jogos cooperativos para a prática pedagógica	16
7.1.5. Possibilidades de algumas atividades inclusivas na escola.....	19
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS	26
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	27
SITES PESQUISADOS	30



1. INTRODUÇÃO

O presente Guia é resultado de pesquisa realizada no programa de Mestrado Profissional em Ensino em Ciências da Saúde e do Meio Ambiente do Centro Universitário de Volta Redonda UniFOA e tem como fator motivador convidar profissionais da educação, sobretudo os responsáveis pela orientação educacional escolar e a área pedagógica, especialmente do Ensino Médio, no intuito de despertar o interesse pelo acolhimento escolar de alunos cadeirantes. Pretende-se subsidiar a orientação educacional para que possa preparar o ambiente escolar e, de modo específico, os docentes no exercício de inclusão escolar.

1.1 CONHECENDO MELHOR SOBRE ACESSIBILIDADE

Acessibilidade é um tema que requer nossa atenção, pois desperta diversos pontos de vista por tratar da mobilidade dos cidadãos, sendo parte integrante das políticas de inclusão social. De acordo com o Ministério da Educação (2007), a acessibilidade diz respeito ao direito de o ser humano poder ir e vir, assegurado pelo Artigo 5º, inciso XV da Constituição Federal de 1988, que nos diz: “é livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens”.

O termo acessibilidade significa garantir espaços que apresentem condições de acesso a todas as pessoas, independentemente de suas habilidades individuais. O acesso aos lugares públicos é um direito de qualquer cidadão. Todos têm direito de viver livremente, como consta no artigo 5º da Constituição Federal (1988): “a acessibilidade é vista como um meio de possibilitar a participação das pessoas nas atividades cotidianas que ocorrem no espaço construído, com segurança, autonomia e conforto” (MORAES, 2007, p.29).

De acordo com Sasaki (2009), há diversos tipos de acessibilidade, tais como: atitudinal; arquitetônica; metodológica; programática; instrumental; nos transportes; nas comunicações e digital.

A – Acessibilidade atitudinal: diz respeito à percepção de terceiros sem preconceitos, estereótipos, estigmas e discriminações. Todos os outros tipos de acessibilidade, é importante observar, estão relacionados a esse item. Exemplo: quando diretores, chefes e gerentes promovem ações de integração e conscientização;

B – Acessibilidade arquitetônica: quando há extinção de barreiras físicas e ambientais dentro de residências, espaços públicos e privados, edificações equipamentos urbanos. Exemplos: rampas, elevadores e banheiros adaptados, calçadas com piso tátil, etc;

C – Acessibilidade metodológica: dentre os tipos de acessibilidade, esta também é conhecida como acessibilidade pedagógica e diz respeito à queda de barreiras nas metodologias de ensino. Exemplo: quando professores realizam trabalhos e estimulam

exercícios com foco na aprendizagem de estudantes com deficiência, seja através da utilização de pranchas de comunicação, textos ampliados ou em braille, através de leitores de tela e/ou *softwares* ampliadores de comunicação alternativa, etc.;

D – Acessibilidade programática: quando há o objetivo de eliminar barreiras existentes em leis, portarias, decretos, regulamentos e normas que impedem o acesso à informação, conhecimento e aplicação de ações e políticas públicas que promovam a inclusão de estudantes com deficiência. Exemplo: quando são criadas e aprovadas leis, portarias ou decretos que objetivam avanços na abertura de vagas para pessoa com deficiência no ensino superior em todo o Brasil;

E – Acessibilidade instrumental: visa superar barreiras em utensílios, instrumentos e ferramentas de estudo dentro das escolas e também em atividades profissionais, de recreação e lazer;

F – Acessibilidade nos transportes: visa promover acesso facilitado e seguro aos meios de transportes públicos em todo o território nacional. Diz respeito, é importante ressaltar, não somente aos veículos (ônibus ou trens), mas também aos pontos de parada, calçadas, terminais, estações e seus equipamentos disponíveis. Exemplos: rampas de acesso em terminais de ônibus;

G- Acessibilidade nas comunicações: diz respeito à acessibilidade que promove acesso à comunicação interpessoal (como língua de sinais), comunicação escrita em livros, apostilas, jornais e revistas e comunicação virtual. Exemplo: a presença de intérprete na sala de aula (conforme Lei de Libras e Decreto de Acessibilidade);

H – Acessibilidade digital: tem como objetivo a eliminação de barreiras que possam impedir o acesso à comunicação digital, seja por dificuldades de acesso físico a determinados locais e também em relação a equipamentos e programas, assim como apresentação de conteúdos e informações em formatos não acessíveis. Exemplo: acessibilidade digital é uma realidade, quando há materiais bibliográficos em braille ou em formatos de áudio para consulta de pessoas com deficiência visual.

A acessibilidade não se refere apenas aos espaços físicos, pois também diz respeito aos aspectos sociais. A acessibilidade longitudinal, em especial, refere-se à atitude que se impulsiona na remoção de barreiras. Assim, deve ser considerada como um processo dinâmico, pois acompanha o desenvolvimento tecnológico e ético-social, modificando-se conforme as necessidades exigidas pela época e pela humanidade (TORRES et al., 2002).

Frente à sociedade que tem dificuldades em lidar com a acessibilidade das pessoas com mobilidade reduzida, o problema que levantamos é desafiador, relevante e necessário, devido à situação da acessibilidade do discente cadeirante, no conjunto geral dos espaços transitados por ele no dia-a-dia. Seguindo esse raciocínio, vale destacar que a inclusão

social dos deficientes é de extrema importância, demonstrando que não basta a escola implementar melhorias arquitetônicas, é necessário que haja mudanças de cultura, incluindo o humano como elemento essencial. (PAVÃO, 2015)

Certamente, antes de chegar à escola, enfrentam-se muitas barreiras de acessibilidade, como, por exemplo, calçadas, transporte público ou o próprio transporte escolar, espaços na residência que, em muitíssimas situações, está configurada às classes sociais de baixa ou baixíssima renda. Essas são situações enfrentadas de forma mais vulnerável por aqueles que possuem mobilidade reduzida e se locomovem utilizando cadeira de rodas.

2. PÚBLICO-ALVO

A proposta para o presente guia é ser ferramenta de ensino, utilizada sobretudo por orientadores educacionais e/ou responsáveis pedagógicos das escolas de diferentes níveis de ensino, no auxílio aos docentes, e à comunidade escolar, para acolhimento aos discentes cadeirantes.

3. OBJETIVOS

O Guia tem como objetivo subsidiar reflexão acerca da necessidade do acolhimento de discentes cadeirantes, mediante processo de capacitação de docentes, possibilitando ao setor de orientação educacional/supervisão pedagógica, dispor de ferramenta elaborada com essa finalidade.

4. ACESSIBILIDADE E O DISCENTE COM DEFICIÊNCIA

Segundo Morin (2007), a acessibilidade está relacionada à mobilidade dos cidadãos e é tema discutido com frequência nos meios sociais e nos debates acadêmicos, porém muitas abordagens se detêm em discutir a falta de acessibilidade física em locais públicos, sem considerar os aspectos referentes à acessibilidade atitudinal.

Compreendemos que são as atitudes que possibilitam a remoção de barreiras empáticas à percepção do outro, permitindo um olhar sem preconceitos, para que o processo inclusivo aconteça. De modo geral, a vida de um aluno com deficiência, na infância, já é marcada por exclusões, hostilidades, inclusive pela negação dos pais e, na fase adulta, muitas vezes não se têm apoio da família; assim, dependem de favores de terceiros, levando-os a sofrimentos (NASCIMENTO; NASCIMENTO; MOURA, 2011).

Mais de um bilhão de pessoas no mundo, em torno de 15% da população mundial, possuem algum tipo de deficiência. Destaca-se, nesse montante que, em torno de 1% da população total ou 10% da população deficiente, necessita de cadeiras de rodas, isto é, cerca de 65 milhões de pessoas em todo o mundo (WORLD, 2010, 2018). A rotina diária de um cadeirante é muito desafiadora, principalmente para os jovens que buscam uma especialização. Muitos desses jovens necessitam viver e estudar fora de casa. Vale destacar que o simples fato de chegar à escola e entrar em uma sala de aula, pode ser um grande desafio, devido às acomodações, geralmente, não serem adaptadas (JEFFS, 2009).

Por isso, quando esse cadeirante se torna discente, necessita de professores e assistentes educacionais que compreendam suas necessidades de natureza física e emocional. Por isso, a orientação educacional deve ter o contato com os pais/responsáveis, para que eles forneçam informações básicas do aluno (HORN; KANG, 2012).

Entretanto, os discentes cadeirantes, por vezes, não estão sozinhos, pois há outros segmentos de alunos com deficiência que também necessitam de acolhimento. Como podemos perceber, quando a escola age nessa perspectiva, está implementando o que podemos chamar de educação inclusiva. De acordo com Ainscow, Porter e Wang, (1997), as Instituições de Ensino devem se reestruturar para que possam atender a todos os discentes e tornar mais ampla as possibilidades de acesso ao ensino, assim como a participação social.

Os autores destacam a importância de ações conjuntas dos gestores e dos docentes, no sentido de organização, programação cultural e estrutural da instituição. Nessa perspectiva, tanto a instituição quanto os docentes devem modificar seus planos e atividades.

Mas, o que é ser discente cadeirante? É ser reconhecido pelo uso da cadeira de rodas? A resposta é não. Os discentes usam cadeiras de rodas, mas não permanecem sentados nela o tempo todo. Na realidade, por questões de saúde, eles devem ser transferidos da cadeira para o chão, para o banheiro ou outro equipamento, de modo que se tenha prevenção à fadiga, ao desconforto e a ferimentos. É necessário mudar de posição por razões físicas e para que o aluno participe das atividades em sala de aula (GIANGRECO et al., 2002).

A inclusão desses alunos nas escolas deve ser realizada sem qualquer tipo de discriminação, por isso é necessário que se façam mudanças arquitetônicas, visando a acessibilidade de todos (AMBROSIO, 2009).

De acordo com a LDB (1996), esses alunos devem ser inseridos em escola regular e, caso haja necessidade, com acompanhamento especial, considerando a capacidade cognitiva do aluno cadeirante. (BRASIL, 1996).

Uma escola inclusiva deve oferecer cursos de atualização para capacitar os docentes, levar em consideração o número de alunos em sala de aula, fazer melhorias

arquitetônicas, oferecer recursos didáticos, dentre outros. Deve-se considerar ainda a opinião dos gestores e docentes que viabilizam os subsídios significativos para compreender o desenvolvimento de projetos desse tipo, tendo em vista as funções que ocupam na estrutura e no funcionamento do sistema educacional (SANT'ANA, 2005).

A aplicação dos princípios da inclusão na Educação exige revisão nas práticas pedagógicas tradicionais. Há objetivos a serem cumpridos por todos os alunos e, considerando uma ampla diversidade de características e necessidades dos alunos, a escola precisa envidar um enorme esforço para rever suas velhas crenças, dogmas e práticas; precisa realizar também mudanças de diferentes ordens, para atender com competência todo o alunado com ampla variação em suas experiências pré-escolares, necessidades educacionais especiais e outras necessidades extraclasse (OMOTE, 2008, p. 24).

Não há como exigir motivação por parte do professor, quando há graves problemas de infraestrutura física, material adequado e formação específica para lidar com aluno deficiente (BARRETO; SOUSA, 2004).

Além das leis, resoluções, decretos ou normas, para que haja inclusão, o aluno com deficiência, quando inserido em uma escola regular, deve encontrar docentes preparados para que tenha suporte especializado, de forma que se sinta amparado e seguro (MAZZARO, 2008).

Segundo Mantoan (2003, p. 81), ensinar na perspectiva inclusiva significa ressignificar o papel do professor, da escola, da educação e de práticas pedagógicas que são usuais no contexto excludente do nosso ensino, em todos os seus níveis.

5. AVANÇOS NA LEGISLAÇÃO

Existem muitas leis previstas para atender às necessidades do aluno com deficiência, tanto em relação à acessibilidade quanto à inclusão. Carvalho (2007) afirma que, apesar desse reconhecimento presente em leis, normas e/ou outros documentos, não há sinalização de sua concretização, tendo em vista que as leis só se tornam garantidoras, quando acompanhadas de ações efetivas.

Ainda que a legislação tenha significado avanço à acessibilidade, o cadeirante, segundo Tagliariet al. (2006), enfrenta barreiras físicas sistêmicas, relativas à ausência de serviços assistidos pelos estabelecimentos de ensino e barreiras atitudinais, que são os preconceitos.

De acordo com a Norma Brasileira - NBR 9050 (ABNT 2004 *apud* Finger 2007, p.70), encontramos possibilidades de expressar o conceito de "acessibilidade" como "acessível", "adaptado", "adaptável" e "adequado". Adaptável" como "espaço, edificação, mobiliário, equipamento urbano ou "elemento, cujas características possam ser alteradas para que se torne acessível"; "adaptado" é o "espaço, edificação, mobiliário, equipamento

urbano ou elemento, cujas características originais foram alteradas posteriormente para serem acessíveis”; e adequado é definido como “espaço, edificação, mobiliário, equipamento urbano ou elemento, cujas características foram originalmente planejadas para serem acessíveis”.

A NBR 9050 é uma norma criada em 2004, pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e foi elaborada no Comitê Brasileiro de Acessibilidade, para estabelecer critérios e parâmetros técnicos a serem observados em relação ao projeto, construção, instalação e adaptação de edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos às condições de acessibilidade.

Após muitas reivindicações, atualmente, existem leis, decretos e resoluções que garantem o acesso e permanência dos alunos com deficiência no sistema de ensino. De acordo com o Capítulo III, artigo 208, inciso III da Constituição Federal de 1988, o atendimento educacional especializado a alunos com deficiência deve ocorrer preferencialmente na rede regular de ensino.

Vale destacar que as leis 10.048 e 10.098 foram regulamentadas pelo Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, estabelece normas gerais e critérios básicos para promover a acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

O Decreto nº 5.645, de 28 de dezembro de 2005, dá nova redação ao art. 53 do Decreto no 5.296, de 2 de dezembro de 2004: “Art. 53. Os procedimentos a serem observados para implementação do plano de medidas técnicas previstos no art. 19 da Lei n. 10.098, de 2000, serão regulamentados, em norma complementar, pelo Ministério das Comunicações” (BRASIL, 2005).

De acordo com o artigo 12 da Resolução n. 2, de 11 de setembro de 2001, que Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica:

Art. 12. Os sistemas de ensino, nos termos da Lei 10.098/2000 e da Lei 10.172/2001, devem assegurar a acessibilidade aos alunos que apresentem necessidades educacionais especiais, mediante a eliminação de barreiras arquitetônicas urbanísticas, na edificação – incluindo instalações, equipamentos e mobiliário – e nos transportes escolares, bem como de barreiras nas comunicações, provendo as escolas dos recursos humanos e materiais necessários (BRASIL, 2001).

No campo da educação, as guias devem ser rebaixadas na calçada defronte à entrada da escola; caminhos em superfície acessível por todo o espaço físico dentro da escola; portas largas em todas as salas e demais recintos; sanitários largos e torneiras acessíveis; boa iluminação e boa ventilação; correta localização de mobílias e equipamentos etc. Os corredores devem ser amplos com indicações de alto contraste; elevadores e rampas no trajeto para o recinto da biblioteca e áreas de circulação, dentro dos espaços internos desse recinto, entre as prateleiras e estantes, as mesas, cadeiras e os equipamentos (SASSAKI, 2009).

Em síntese, os sistemas de ensino, de acordo com a lei nº 10.098/2000, Lei da Acessibilidade e da Lei nº 10.172/2001, que trata do Plano Nacional de Educação, devem garantir a acessibilidade aos discentes com deficiência, eliminando barreiras arquitetônicas urbanísticas, na edificação, incluindo instalações, equipamentos e mobiliário, e nos transportes escolares, denominado acessibilidade arquitetônica.

6. PROPOSTA: CAPACITAR DOCENTES PARA O ACOLHIMENTO AO DISCENTE CADEIRANTE

Geralmente, quando se fala em capacitação, emerge um problema relativo ao processo que se estabelece nesse tipo de formação, e que se refere ao modo como se ensina. Afinal, qualquer atividade que tenha por objetivo capacitar alguém, isto é, tornar a pessoa capaz de alguma coisa é, inerentemente, uma atividade de ensino-aprendizagem. Assim, como capacitar docentes de modo que se tornem mais capazes para o acolhimento aos discentes cadeirantes?

Acreditamos que a teoria da aprendizagem significativa de Ausubel pode facilitar o processo de aprendizagem do professor para melhor compreensão dos conceitos que formulam o conhecimento e as competências necessárias para trabalhar com os alunos cadeirantes. Segundo o autor, deve-se partir do conhecimento prévio do sujeito que está aprendendo, uma vez que o que ele sabe é muito relevante para o aprendizado (AUSUBEL; NOVAK; HANESIAN, 1980).

A aprendizagem significativa é o processo de interação entre novas informações adquiridas pelo indivíduo e as estruturas de conhecimento relevantes que ele já possui (AUSUBEL, NOVAK; HANESIAN, 1978). Afinal, todos os docentes têm algum conhecimento prévio sobre as deficiências, por algum tipo de experiência, seja familiar, midiática, de alguma formação acadêmica, do cotidiano.

Para esse modelo de aprendizagem, essas experiências devem ser aportadas na escola para serem discutidas, de modo que sirvam para ancorar novos significados aos conteúdos acerca da inclusão e do necessário acolhimento de alunos com deficiência e, de modo específico, aos objetivos da capacitação pretendida: o acolhimento ao discente cadeirante.

7. METODOLOGIA PROPOSTA PELO GUIA

Como metodologia, propomos que o orientador educacional organize seu trabalho de capacitação, considerando a pertinência de suas atribuições e competências. Para ilustrar, o orientador educacional deve lembrar que a dinâmica de seu trabalho implica múltiplas relações e, dentre essas, há aquelas pertinentes ao preparo dos docentes no auxílio do desenvolvimento de competências relativas ao acolhimento dos discentes. No

caso da proposta que delineamos, o orientador pode pautar a capacitação docente para o acolhimento de alunos cadeirantes, discutindo com os docentes quais os aspectos que consideram fundamentais para o melhor acolhimento.

7.1 POSSIBILIDADES DE ATIVIDADES PARA CAPACITAÇÃO DOCENTE

7.1.1. Atividades relacionadas à arquitetura da escola

A – Sabemos que os profissionais de educação quando desenvolvem suas atividades em uma escola, adaptam suas tarefas à arquitetura escolar. Evidentemente, existem estruturas arquitetônicas as mais variadas possíveis, algumas são novas e atendem à atualização da legislação acerca das normas de segurança e acessibilidade, outras, contudo, carecem de acessibilidade pelos mais variados motivos, como por exemplo, o tombamento de prédios históricos ou a negligência dos próprios gestores.

Ainda que a arquitetura seja um problema para o desenvolvimento de atividades educacionais baseadas no acolhimento e na garantia de acessibilidades aos discentes cadeirantes, os docentes não podem se sentir sem o grau de responsabilidade que lhes cabe em relação ao trabalho pedagógico que devem, na medida do possível, desenvolver.

Não se requer do orientador educacional, que faça uma avaliação da arquitetura escolar, mas que juntamente com os docentes e a gestão escolar conheçam ao menos as diretrizes da Norma Brasileira - NBR 9050 (ABNT 2004), que diz respeito aos modelos de adaptação da estrutura arquitetônica, procurando identificar o que é necessário ser feito para o melhor acolhimento dos alunos cadeirantes. Com certeza esse tipo de consciência pode auxiliar bastante na conquista e garantia dos direitos das pessoas com deficiência em terem espaços escolares preparados e acolhedores.

B - Propor aos docentes vivenciar situação de cadeirantes, para que a maior parte deles enfrentem essa experiência, pelo período mínimo de 30 minutos na escola, em dias alternados, e registrem sua experiência numa ficha de coleta de dados, registro fotográfico, filmagem etc, em função da confecção de um portfólio.

Por isso, iniciamos anteriormente nossa proposta, partindo do reconhecimento da arquitetura da escola. Essa atividade deve levantar as fragilidades relativas ao acolhimento ao aluno cadeirante, pois há aspectos do cotidiano que os docentes podem perceber melhor, já que convivem diretamente com esses alunos e podem escutá-los de modo mais atencioso.

A atividade que permita aos docentes vivenciar as dificuldades de um discente cadeirante nos parece crucial. Que o orientador organize um laboratório sensorial, em que os docentes possam percorrer, na qualidade de cadeirantes, os ambientes da escola: sala de aula, banheiros que tenham acessibilidade, corredores, refeitório, biblioteca, laboratório,

acesso ao pátio, quadra, entrada da escola e da secretaria.

C - Tendo por base a vivência adquirida sob a simulação das dificuldades enfrentadas por um discente cadeirante, a partir da avaliação da arquitetura da escola, a atividade que pode ser consequente dessa vivência é o exercício criativo, baseado na discussão, “tempestade mental”, com escritura de listagem com o registro de todas as possíveis propostas de atividades pedagógicas emergentes dos professores, independente das disciplinas que eles ministram. Sabemos que a maior parte das disciplinas é desenvolvida em sala de aula e que muitos professores têm dificuldades em elaborar tarefas que possibilitem a inclusão do aluno cadeirante, daí o sentido que uma tarefa dessa natureza pode efetivar.

É justamente nesse contexto, que indicamos a teoria de aprendizagem significativa de Ausubel, em que se parte do pressuposto que todos os docentes têm algum conhecimento prévio sobre o que é deficiência, mas, agora, deverão melhor aprender sobre ela, ancorando novos conhecimentos aos conhecimentos prévios que possuíam.

7.1.2. ATIVIDADES PEDAGÓGICAS DE NATUREZA INCLUSIVA: Utilizando as Aulas de Educação Física no Ensino Médio como Exemplo

Entendemos que a Educação Física escolar tem como objetivo formar cidadãos críticos e reflexivos, mas que reconheçam as potencialidades do próprio corpo e o utilizem como meio de interação social. Mais do que jogos que alimentam a competição, a inclusão de discentes cadeirantes deve ser pautada a partir de jogos cooperativos. Nesse contexto, esses jogos podem contribuir para a formação humana, ou seja, para o aprendizado de valores, normas e atitudes como: respeito, solidariedade, amizade, autonomia, para que os alunos se desenvolvam e aprendam a conviver em sociedade (PEREZ GALLARDO, 2003).

Para Brotto (1997), nos jogos cooperativos, o trabalho em grupo é valorizado e o respeito ao outro se torna fundamental. Todos entram com as mesmas chances em busca de um objetivo comum, não importando as condições físicas e as habilidades que o aluno possui.

Brown (1995) discute sobre as estruturas de cooperação como condição necessária para transformar as desigualdades geradas no âmbito social nas relações humanas. Dessa maneira, levanta-se uma reflexão sobre vitória, derrota, importância do trabalho em grupo e seus valores morais, mostrando que os professores têm muito a ensinar através de diferentes procedimentos voltados para a cooperação.

O jogo, dessa forma, expressa também a cultura das civilizações, pois o ato de jogar está carregado de sentidos e significados. Podemos entender que ele é criado e interpretado de acordo com a cultura na qual está inserido, pois, para Venâncio e Freire (2005, p. 141), “o jogo nasce da sua completa interação com a cultura”.

Assim, a Educação Física escolar, tendo como objetivo socializar e sistematizar os

conhecimentos da cultura corporal construídos historicamente e compreendendo a potência pedagógica que está nos jogos, deverá possibilitar ao aluno reconhecer, recriar e ressignificar diferentes práticas corporais. O professor de Educação Física, nesse sentido, tem o papel de resgatar a ludicidade dos jogos competitivos e transformá-los em jogos lúdicos com alto grau de cooperativismo, valorizando o ser humano como tal, apropriando-se, assim, de meios que a própria mídia não trabalha, pois, para Soler (2002), infelizmente, a sociedade valoriza aquilo que é veiculado pela mídia e as pessoas “perdedoras” são consideradas, muitas vezes, menos capazes, deixando os valores humanos fundamentais em segundo plano.

Montagner, Souza e Scaglia (apud Venâncio e Freire, 2005) discutem que, ao trazer o esporte competitivo para o âmbito escolar, ocorre a incompreensão das diferenças e possibilidades de intervenção pedagógica. Por isso, o professor deverá saber trabalhar com o esporte da escola, pois não podemos ignorar apenas o problema da competição, mas devemos usá-lo como meio de transformação social, descaracterizando a ênfase competitiva e transformando as práticas em atividades lúdicas e cooperativas nas aulas.

7.1.3. Jogos Cooperativos no Ensino Médio

Segundo dados dos Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio (PCNEM) setenta por cento dos alunos desse segmento de ensino estão excluídos das aulas de Educação Física escolar. Tal cenário suscita várias reflexões no sentido de afirmarmos que a área do conhecimento que visa à apropriação crítica da cultura corporal tem sido negada à grande parte dos alunos dessa etapa (BRASIL, 2000).

O mesmo documento discute também que é tarefa do professor de Educação Física valorizar todos os alunos, independentemente da sua classe social, sexo ou nível de habilidade, promovendo a discussão de temas polêmicos e seus significados, dentre eles, o preconceito, a discriminação e a exclusão social (BRASIL, 2000).

Os jogos cooperativos são dinâmicas de grupo que promovem, como o nome diz, a cooperação, o espírito de equipe e a ajuda mútua entre os integrantes dos times. O intuito é ajudar a criar cultura de parceria, em que as pessoas não participam para ganhar, mas sim por todo o processo que leva à meta comum.

Esses jogos no cotidiano pedagógico podem desenvolver uma série de habilidades cognitivas e, principalmente, socioemocionais nos alunos. O intuito é fazer com que os colegas se vejam como aliados, não adversários, reconhecendo que o papel de todos é essencial para a vitória. Nesse sentido, muitos jogos cooperativos sequer têm como resultado final uma pessoa ou equipe vencedora. É comum que apenas o processo do jogo

seja o foco.

É com esse olhar que os jogos cooperativos podem ser trabalhados na Educação Física escolar no Ensino Médio. De acordo com Brotto (1997), enfoca-se essencialmente o respeito mútuo, abdicando de quaisquer formas de discriminação, pois, nos jogos, todos têm sua função social. No entanto, Mattos e Neira (2000, p.82) refletem sobre o papel da escola, afirmando que ela tem reforçado “os valores da sociedade e que o sentimento de inferioridade, de submissão, o respeito pela ordem estabelecida e o aprendizado de cada um por si, da competição e do individualismo são valores impostos por certas práticas pedagógicas”.

Contudo, é fundamental discutirmos que os resultados de um trabalho com os jogos cooperativos não são imediatos nem tampouco diretos, lineares. São aspectos a serem desenvolvidos em longo prazo e que não garantem que a cooperação em si aconteça. Faz-se necessário que o professor de Educação Física estimule os alunos à reflexão crítica sobre os valores implícitos nas práticas corporais por eles vivenciadas no cotidiano, fazendo com que os jovens se reconheçam como agentes e transformadores de sua cultura.

Segundo Mattos e Neira (2000), o esporte que valoriza a competição exacerbada leva o aluno a se adaptar à sociedade capitalista, pois não forma consciência crítica nem a sensibilidade com a realidade que o cerca. Os autores argumentam que se apropriando dos esportes de alto rendimento e os reproduzindo nas escolas, reforçaremos valores capitalistas, os quais seriam considerados normais e desejáveis para a sociedade como um todo.

Dessa forma, segundo os autores, não seria possível a realidade do coletivismo e da cooperação, nem mesmo a discussão de estratégias que garantam a participação de todos, pois o professor estaria ocupado em apresentar as regras oficiais do esporte profissional. A exclusão seria predominante nas aulas e poucos alunos teriam chances de participar.

Oliveira (*apud* Correia, 2006) afirma que não se trata de eliminarmos a competição e menos ainda o esporte das aulas de Educação Física. Importa possibilitarmos sua resignificação, construindo outros sentidos e significados, repensando os valores da competição exacerbada e o quanto pode ser um fator prejudicial, pautado na lógica do vencer a qualquer custo. Podemos, com ênfase na ludicidade e na cooperação, encontrar caminhos para incluir os alunos nas aulas de Educação Física escolar em qualquer segmento de ensino.

7.1.4 Sugestões de alguns jogos cooperativos para a prática pedagógica

A seguir, propomos alguns **jogos** que podem ser facilmente inseridos no processo de ensino-aprendizagem do aluno cadeirante na interação com os demais alunos nas aulas de educação física, particularmente no Ensino Médio, sempre com o auxílio do professor:

1) Passar o bambolê

Os alunos dão as mãos e se unem em roda, sendo que uma delas está com um bambolê. O desafio do jogo é passar o bambolê para os colegas sem soltar as mãos, usando outros movimentos do corpo. Essa brincadeira pode estimular a coordenação motora, a concentração e a habilidade de pensar em novas maneiras simples de resolução de problemas.

2) Telefone sem fio

Nessa atividade, os alunos sentam-se em roda ou formam uma fileira. A primeira pessoa deverá dizer uma frase no ouvido da que está ao seu lado. Cada um vai repetir a mesma frase no ouvido da próxima até chegar à última, que falará em voz alta o que ouviu. A graça da brincadeira é perceber como a frase ficou diferente da que era originalmente, o que trabalha a concentração, a memória e a criatividade.

3) Nó humano

No nó humano, os alunos devem dar as mãos para os colegas, entrelaçando os dedos. Entretanto, há algumas regras: o aluno não pode dar a mão para o que está ao seu lado, e também não pode segurar as duas mãos do mesmo colega. A brincadeira chega ao fim quando todos os alunos formam um círculo, sem soltar as mãos. Apesar de um pouco complicado de ser feito, esse jogo obriga os estudantes a cooperarem entre si e a coordenarem de forma espontânea o espaço físico.

4) Contação de história coletiva

Bem apropriada para todas as idades (não apenas para crianças menores), a contação de história coletiva funciona da seguinte maneira: os estudantes sentam-se em roda ou de uma forma em que todos consigam se ver. O professor começa a contar uma história com início simples, como “era uma vez, em um reino distante...”. A tarefa dos alunos será continuar a história, cada um por vez. A turma pode decidir um limite de palavras ou de tempo para cada um contar o seu trecho da história. Essa atividade faz com que a construção da narrativa seja feita coletivamente, desenvolvendo a criatividade, imaginação e a habilidade de improvisar.

5) Vaqueiro laçador

Em uma quadra ou espaço aberto, os alunos devem se espalhar. O professor pode escolher um dos alunos para ser o Vaqueiro, que deverá andar com um bambolê na cintura (simulando um cavalo) e outro no braço (simulando uma corda), indo atrás dos colegas para tentar "laçá-los". Os alunos que forem laçadas deverão pegar mais dois bambolês e fazer o mesmo que o primeiro Vaqueiro, ajudando-o a capturar o restante dos colegas. Essa atividade trabalha a concentração, a coordenação motora e o trabalho em equipe, principalmente dos Vaqueiros.

Os jogos cooperativos nem sempre serão totalmente adequados a depender da intenção do professor com aquela atividade. Cada jogo trabalha aspectos diferentes, podendo ser mais ou menos ativo, e mais ou menos apropriado às turmas mais velhas ou mais novas. Cabe ao educador definir com precisão qual será a necessidade pedagógica que ele deve atender.

6) Levantar balões

Encha alguns balões com ar e separe os alunos em grupos de até 5 participantes. O objetivo do jogo é não deixar o balão cair. Com esse jogo, os alunos desenvolvem a colaboração e a interação com o grupo.

7) Lençol Bol

Nesse jogo, o objetivo principal é a interação do grupo para controlar a bola e arremessá-la no cesto. Os integrantes devem ficar posicionados nas extremidades de um lençol, de maneira que possam controlar a bola em cima dele. A missão da equipe é acertar a bola em uma cesta.

8) Desenho coletivo

A ideia que envolve esse jogo é estimular a coletividade de maneira lúdica. Como funciona? O grupo deve fazer um desenho coletivo, cada um desenha uma parte, interagindo entre si, até dar forma à imagem.

9) Desenho sem fio

Assim como o telefone sem fio, nesse jogo os alunos devem formar uma fileira, cada uma com um papel e uma caneta em mãos. O papel deve ser apoiado nas costas da criança à sua frente.

O primeiro da fileira inicia a brincadeira fazendo o desenho. O aluno que estiver à sua frente, tentará reproduzir o desenho apenas sentindo os movimentos da caneta. A

dinâmica segue dessa maneira até o último da fila. A diversão desse jogo consiste em perceber como os desenhos ficaram diferentes do “original”. A brincadeira estimula a criatividade, o lado lúdico e a interação dos participantes.

Importante!

No caso dos alunos cadeirantes, para cada um desses jogos cooperativos sugeridos, é bom esclarecer que os docentes podem solicitar auxílio, se necessário, de algum colega da turma para empurrar a cadeira de rodas durante a realização da tarefa e/ou realizá-la de forma conjunta.

Nesse contexto, os jogos cooperativos, assim como outras atividades relacionadas à educação socioemocional, estão pautados no aprendizado através de um desenvolvimento motor- lógico. Os princípios pedagógicos dos jogos cooperativos são de inclusão, coletividade, respeito mútuo e desenvolvimento integral.

No mundo atual, vivemos o contexto multicultural em que os conflitos acontecem a todo o momento. Segundo Brotto (1997), os jogos cooperativos vêm com a intenção de unir em liberdade, criando ambientes de amizade permeados pela ludicidade. O autor aponta que o jogo passa a ser consequência de nossas ações, visões e relações, e que o comportamento cooperativo é um aspecto fundamental em qualquer fase da vida.

Acima de tudo, os jogos cooperativos representam uma retomada de contato entre pessoa, natureza e espaço, explorando todos os sentidos e estimulando a afetividade. É uma das iniciativas da educação biocêntrica, forma de educar que está centrada na valorização da diversidade humana, da inteligência emocional, da criatividade e do movimento físico.

Apresentamos a seguir, o levantamento de algumas propostas que já foram testadas e que se encontram disponibilizadas na internet em plataformas como *YouTube*, ou que foram propostas em artigos científicos.

7.1.5. Possibilidades de algumas atividades inclusivas na escola

Elencamos algumas atividades que podem inspirar a atuação dos docentes com alunos cadeirantes:

a) Atividade teatral com dança na qual os alunos cadeirantes participarão sendo auxiliados por seus colegas. Os alunos irão cantar e dançar de forma criativa e espontânea. Farão elogios uns para os outros como forma de ressaltar suas qualidades.

OBS: O foco dessa atividade é trazer integração no meio escolar e realizar um trabalho com esses alunos, permitindo que suas limitações não os exclua, de forma que todos tenham oportunidade de mostrar seu lado criativo. Possui um vínculo de comunicação e aproximação no sentido real de inclusão, que é a igualdade.



Inspire-se no vídeo: <https://youtu.be/jyWCDHUQf0M>

b) Jogos Cooperativos - Ensino médio

OBS: Iniciativa que envolve professores de Educação Física

A banner for an online class. On the left, a globe is partially visible. In the center, a male teacher in a suit is pointing towards the text 'AULAS ONLINE CPU'. To the right, there is a paper airplane and the logo of CPU (Centro Pedagógico da Universidade Federal de Pernambuco), which includes a shield with a cross and the text 'CPU' and 'ANUÁRIO 1988'. Below the banner, the text 'EDUCAÇÃO FÍSICA' is written in bold. Underneath that, 'Jogos Cooperativos' is written in bold and underlined. At the bottom, 'PROFESSOR: PEDRO VICTOR' is written in bold.

Inspire-se no vídeo: <https://www.youtube.com/watch?v=8p6uSxZd5gw>

c) Atividade Circuito: o aluno cadeirante, com o auxílio de um colega que empurra sua cadeira, faz zigue-zague entre os cones que estão espalhados pela quadra. O aluno cadeirante utiliza a vassoura para levar a bola até a posição do gol, usando a mesma vassoura para chutar a bola. Logo depois, através de uma cesta adaptada na trave do gol da quadra, o aluno cadeirante joga a bola de basquete para fazer a cesta e o colega da turma o auxilia, pegando a bola a cada tentativa.



Inspire-se no vídeo : <https://youtu.be/0GpgUQpIARU>

d) Atividade que estimula alunos a conhecer a realidade dos cadeirantes: através do esporte, por meio dessa atividade, os estudantes podem vivenciar, na prática, as situações do dia a dia de um cadeirante.

OBS: Iniciativa que envolve professores que desejam que os alunos conheçam um pouco das dificuldades de quem vive em uma cadeira de rodas. O trabalho é feito com o auxílio dos professores.



Inspire-se no vídeo : <https://youtu.be/V1HGefaul8M>

e) Basquete sentado: primeiramente, o professor deve dividir o time fita azul e fita amarela. Após a divisão, todos devem estar sentados no chão, passando a bola um para o outro e jogando numa cesta improvisada dentro da sala de aula ou na quadra.



Inspire-se no vídeo: <https://youtu.be/532Q16H7IFs>

Para auxiliar nesse planejamento, listamos algumas **atividades inclusivas ao ar livre** que podem ser trabalhadas com todos os alunos.

Confira:

1. Brincando com sombras



Para desenvolver os movimentos corporais e ativar a curiosidade dos alunos, a sugestão é brincar com as sombras. No pátio da escola, por exemplo, os alunos podem brincar de pega-pega diferente, no qual uma deve correr para pegar a sombra da outra. Também é possível brincar de teatro com as imagens projetadas nas paredes pelas mãos e outros objetos e até criar histórias usando moldes do alfabeto e de palavras.

2. Caixa dos sentidos



Nessa atividade, os alunos devem sentir os elementos da natureza e descrevê-los aos colegas. Para isso, faça dois buracos na lateral de uma caixa de papelão, para que eles consigam colocar a mão no interior. Dentro da caixa, deposite pedras, folhas, galhos ou um punhado de terra. A intenção é que os alunos explorem os sentidos durante a brincadeira e falem para os outros o que estão encontrando na caixa.

3. Vôlei sentado



O vôlei sentado é uma adaptação da modalidade para os alunos com mobilidade reduzida. Os alunos são divididos em dois times e, sentadas no chão, devem passar a bola de um lado para o outro na intenção de fazer pontos. As regras podem ser alteradas conforme as necessidades do grupo. O importante é que se divirtam e descubram ali uma nova forma de brincar.

4. Pega-pega sensorial



Nessa brincadeira, os alunos devem ser vendados e um deles escolhido para ser o “pegador”, que deve se orientar pelo som dos alunos para encontrá-los. Existem algumas opções para fazer o som de identificação. Os próprios alunos podem emitir ruídos com o corpo, podem usar instrumentos musicais ou outros objetos que façam sons. O objetivo da atividade é que todos experimentem a sensação de utilizar os outros sentidos, quando estão sem a visão.

5. Desafios na areia:



A ideia da brincadeira é proporcionar uma experiência sensorial e desafiadora aos alunos. Sentados na areia, eles devem ser incentivados a realizar diversos desafios naquele espaço. Peça que criem formas geométricas com as mãos, que construam um caminho ou até que encontrem brinquedos previamente escondidos. A atividade estimula o desenvolvimento da coordenação motora, a criatividade e o trabalho em equipe entre eles.

Importante!

Durante as atividades, tenha o cuidado de fazer com que todos os alunos se sintam confortáveis e integrados à brincadeira. Evite situações de competição e garanta que cada um tenha seu tempo respeitado. Pode ser que um aluno demore um pouco mais que o outro, mas isso não deve ser encarado como um problema. Além disso, sempre incentive a ajuda entre os colegas. O aluno cadeirante pode e deve ser auxiliado por outro colega durante as atividades propostas.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os benefícios das brincadeiras e atividades são amplos justamente por oferecerem o suporte necessário para o desenvolvimento de todas as outras habilidades, tanto socioemocionais quanto cognitivas. Apostar em brincadeiras cooperativas é apostar em uma educação mais humana, mais inclusiva e integral.

Cabe ao educador tornar a convivência com seus alunos mais humanizada possível, especialmente com os alunos cadeirantes, despertando, assim, o respeito e a igualdade. Entretanto a mudança do paradigma de olhar um aluno com deficiência não aconteceu dia para noite e no meio desse caminho, a família e professores têm muitas dúvidas.

A elaboração desse material didático-pedagógico teve como finalidade contribuir para que profissionais que atuam na Orientação Educação e no setor pedagógico de escolas de Ensino Médio e/ou outras Instituições da Educação Básica possam orientar seus docentes para o acolhimento aos alunos cadeirantes.

Assim, almejamos que o material didático-pedagógico desenvolvido seja utilizado por orientadores educacionais e/ou responsáveis pedagógicos das escolas, que poderão atuar como multiplicadores da proposta para auxiliar, de modo especial, docentes que trabalham com discentes cadeirantes, visando à capacitação docente para que se sintam mais seguros ao lidarem com tais situações, o que contribuirá para a inclusão desses alunos nas escolas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AINSCOW, M., PORTER, G., WANG, M. **Caminhos para as Escolas Inclusivas**. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, 1997.

AMBROSIO, D. R. **O acesso de cadeirantes nas escolas estaduais da regional Barreiro no município de Belo Horizonte- MG**. 18fl. Trabalho de Conclusão de Curso em Educação Física no Centro Universitário Metodista de Minas Izabela Hendrix. Belo Horizonte 2009.

AUSUBEL, D. P.; NOVAK, J. D.; HANESIAN, H. **Educational Psychology, a Cognitive View**. New York: Holt, Reinhart and Winston, 1978.

AUSUBEL, D. P.; NOVAK, J. D.; HANESIAN, H. **Psicologia educacional**. Tradução: Eva Nick. Rio de Janeiro: Editora Interamericana Ltda., 1980.

AUSUBEL D. P. Aquisição e Retenção de Conhecimentos: Uma Perspectiva Cognitiva. 2000. Disponível em http://www.uel.br/pos/ecb/pages/arquivos/Ausubel_2000_Aquisicao%20e%20retencao%20de%20conhecimentos.pdf. Acesso em 10 dez. 2020

BARRETTO, E. S. S.; SOUSA, S. Z. **Estudos sobre ciclos e progressão escolar no Brasil: uma revisão**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 31-50, abr. 2004. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S1517-97022004000100003>. Acesso em: 9 dez. 2020.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 05 de outubro de 1998. **D.O.U.** Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm. Acesso em: 5 dez. 2020.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 13 Jan. 2020.

BRASIL. Lei n. 10.048 de 8 de novembro de 2000. **Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências**. **D.O.U.** Disponível em

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10048.htm . Acesso em: 5 dez. 2020.

BRASIL. Decreto nº 5296 de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. **D.O.U.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5296.htm. Acesso em: 5 dez. 2020.

BRASIL, Resolução nº 2, de 11 de setembro de 2001. **Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/resolucao2.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2021.

BRASIL. Lei n. 10.172 de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. **D.O.U.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm. Acesso em: 5 dez. 2020.

BRASIL. Decreto nº 5.645, de 28 de dezembro de 2005. Dá nova redação ao art. 53 do Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004. **D.O.U.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5645.htm. Acesso em: 5 dez. 2020.

BRASIL. Ministério das Cidades. **Caderno PlanMob:** para orientação aos órgãos gestores municipais na elaboração dos Planos Diretores de Mobilidade Urbana. Brasília, 2007.

BRASIL. Lei 13.146 de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **D. O. U.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 5 nov. 2020.

BRASIL. Associação Brasileira de Assistência Técnica - ABNT 9050 de 03 de agosto de 2004. **Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.** Disponível em: [file:///Downloads/norma-abnt-NBR-9050-015-emenda-1-2020%20\(1\).pdf](file:///Downloads/norma-abnt-NBR-9050-015-emenda-1-2020%20(1).pdf). Acesso em: 26 jan. 2020.

BROTTO, F. **O. Jogos Cooperativos:** Para jogar uns com os outros e vencer Juntos. Santos (SP): Projeto Cooperação, 1997.

BROWN, G. **Jogos cooperativos:** teoria e prática. 2. ed. São Leopoldo: Sinodal, 1995.

CARVALHO, R. E. **Removendo barreiras para a aprendizagem:** educação inclusiva. Porto Alegre: ed. Mediação, 2000. Santa Maria, RS: 2007.

CORREIA, M. M. **Trabalhando com jogos Cooperativos.** Campinas: Papyrus, 2006.

FINGER, A. V. **A educação inclusiva de alunos com deficiência física:** problematizando o corpo no contexto escolar. Dissertação de Mestrado Programa de Pós-Graduação em Educação da UFSM, RS. 2007, 196P. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/EDUCA_CAO_FISICA/artigos/A-educacao-inclusiva.pdf. Acesso em: 10 dez. 2020.

GIANGRECO, M.F. *et al.* **Assisting Students Who Use Wheelchairs:** Guidelines for School Personnel. Quick- Guides to Inclusion 3: Ideas for Educating Students with Disabilities. Series Editor, 2002. Disponível em:

HORN, E. M, KANG, J. "Supporting Young Children With Multiple Disabilities: What Do We Know and What Do We Still Need To Learn?" In: **Topics Early Child Spec Educ.** 2012; 31(4): 241–248.

JEFFS, T. L. 253 Virtual Reality and Special Needs. **Themes Sci Technol Educ.** Special Issue, 2009, 253-268.

MANTOAN. M. T. E. **Inclusão escolar:** o que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: moderna. 2003.

MATTOS, M.G.; NEIRA, M.G. **Educação Física na Adolescência:** construindo o conhecimento na escola. São Paulo: Phorte, 2000.

MAZZARO, J. L. Políticas para inclusão educacional: o professor e o aluno com baixavisão. **Revista @mbiente educação.** São Paulo, v.1, n. 2. P. 40-55. Ago. 2008.

MONTAGNER, P. C.; SCAGLIA, A. J.; SOUZA, A. J. Pedagogia da competição em esportes: da teoria à busca de uma proposta prática escolar. **Motus Corporis,** Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, 2001.

MORAES, M. C. de. **Acessibilidade no Brasil:** análise da NBR 9050. 2007.175f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2007.

MORIN, E. **Os sete saberes necessários a uma educação do futuro.** São Paulo, Cortez Editora, 2007.

NASCIMENTO, V.F.; NASCIMENTO, N. M. F.; MOURA, N. M. N. **Educação em saúde junto aos pais de portadores de necessidades especiais:** relato de experiência. São Paulo: Nursing, 2011; 14(161):546-550.

OLIVEIRA, S. L. **Tratado de metodologia científica:** projetos de pesquisas, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses. 2.ed., São Paulo: Pioneira, 1999.

OMOTE, S. "Diversidade, educação e sociedade inclusiva". In: OLIVEIRA, A. A. S; OMOTE, S.; GIROTO, C. R. M. (Org.). **Inclusão escolar: as contribuições da Educação Especial**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Fundepe, 2008. p. 15-32.

PAVÃO, M. S. de. **Aprendizagem e acessibilidade**: travessias do aprender na universidade. *et al.* organizadoras. 1. ed. – Santa Maria. UFSM, Pró-Reitoria de extensão, pE.com, 2015. 497.

PEREZ GALLARDO, Jorge Sérgio (org.) **Educação Física Escolar**: do berçário ao ensino médio. - 2. ed. – Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.

SANT'ANA, I. M. "Educação Inclusiva: concepções de professores e diretores". **Psicologia em estudo**, Maringá, v. 10, nº. 2, p. 227-234, mai/ago. 2005.

SASSAKI, R. K. "Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação". **Revista Nacional de Reabilitação (Reação)**, São Paulo, Ano XII, mar./abr. 2009, p. 10-16.

SOLER, R. Jogos cooperativos. Rio de Janeiro: Sprint, 2002.

TAGLIARI, C.; TRÊS, F.; OLIVEIRA, S. G. de. Análise da acessibilidade dos portadores de deficiência física nas escolas da rede pública de Passo Fundo e o papel do fisioterapeuta no ambiente escolar. **Revista Neurociências**, v. 1; n. 1, 2006, p. 10-14.

TORRES, E. F.; MAZZONI, A. A.; ALVES, J. B. M. "A acessibilidade à informação no espaço digital". **Ciência da Informação**, Brasília, v. 31, n. 3, p. 83-91, 2002.

VENÂNCIO, S.; FREIRE, J. B. **O Jogo dentro e fora da escola**. Campinas: Autores Associados, 2005.

WORLD, Health Organization – WHO. **Disability and health**. 2010. Fact sheet on wheelchairs.

Disponível

em:

http://www.scaro.who.int/entity/disabilities_injury_rehabilitations/wheelcheet.pdf

Acesso em: 2 out. 2020.

WORLD, Health Organization – WHO. **Disability and health**. 2018. Disponível em:

<http://www.scaro.who.int/mediacontre/fastshets/fs352/en/>. Acesso em: 2 out.

2020.

SITES PESQUISADOS

INSTITUTO PARADIGMA, Pessoas Incluindo pessoas. Notícias, 24 mai. 2021. Disponível em: <<https://iparadigma.org.br/tipos-de-acessibilidade-para-pessoas-com-deficiencia/>>. Acesso em: 25 set. 2019.

E-DOCENTE, Jogos Cooperativos. E-book, 21 set. 2021. Disponível em: <<https://www.edocente.com.br/blog/escola/jogos-cooperativos-no-ensino/>>. Acesso em: 17 nov. 2021.

PORTAL APRENDIZ, Uol. Notícias, 04 out. 2021. Disponível em: <<https://portal.aprendiz.uol.com.br/2018/07/23/6-brincadeiras-inclusivas-para-fazer-ao-ar-livre/>>. Acesso em: 17 nov. 21.

YouTube, AGOLIMAS SILVA, 16 dez. 2017. Disponível em: <<https://youtu.be/jyWCDHUQf0M>>. Acesso em 28 nov. 2021.

YouTube, CANAL DO CPU, 28 de set. de 2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=8p6uSxZd5gw>>. Acesso em 18 abr. 2022.

YouTube, LEON ARTS, 28 de out. de 2017. Disponível em: <<https://youtu.be/0GpgUQplARU>>. Acesso em 28 nov. 2021.

YouTube, TV CÂMARA SÃO PAULO, 5 de set. de 2016. Disponível em: <<https://youtu.be/V1HGefaul8M>>. Acesso em 28 nov. 2021.

YouTube, ALESSANDRO GUEDES, 26 de dez. de 2017. Disponível em: <<https://youtu.be/532Q16H7IFs>>. Acesso em 28 nov. 2021.